

ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito do assassinato da agente prisional Deise Melo Pereira Alves; reporta-se ao problema das autoescolas.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece considerações a respeito da greve na Saúde.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à greve na Saúde; faz um balanço de congresso realizado em Lisboa, do qual participou.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Congratula-se com o deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Congratula-se com o deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se às últimas eleições municipais.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao assassinato da agente prisional Deise Melo Pereira Alves.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Parabeniza a Associação Empresarial de São Bento do Sul pelos 55 anos de realizações.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pronuncia-se a respeito das autoescolas.

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI (aparte) - Sugere a convocação dos líderes de bancada para tratar do problema das autoescolas.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Analisa o resultado das eleições municipais.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Pronuncia-se a respeito das autoescolas.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Solidariza-se com o prefeito eleito de Blumenau; manifesta preocupação com o problema das autoescolas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a questão das eleições.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute a Indicação n. 0421/2012, de sua autoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI (pela ordem) - Convoca os líderes de bancada para discutir o PL n. 0319, referente às autoescolas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - (pela ordem) - Enaltece a atitude do relator do projeto das autoescolas.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Tece considerações a respeito do Dia do Comerciante.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pronuncia-se a respeito das autoescolas; faz uma reflexão sobre as eleições em Blumenau; tece comentário sobre a matéria de capa da revista *Veja*.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pronuncia-se a respeito das autoescolas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que estão acompanhando a sessão de hoje, telespectadores da TVAL, proprietários de CFCs, de autoescolas do estado de Santa Catarina, hoje, pelos assuntos que aconteceram nos últimos dias, vou tratar aqui duas matérias.

Inicialmente, quero registrar o meu sentimento de pesar, do estado de Santa Catarina e das corporações da segurança pública pelo assassinato da agente prisional, a Deise, esposa do Carlos, diretor do presídio de São Pedro de Alcântara.

Conhecia a Deise e sua família há mais de dez anos. E quando fui diretor de combate ao crime organizado do nosso estado tive oportunidade de

conhecê-la, pois naquela época trabalhava como estagiária e depois foi contratada pela secretaria da Justiça e Cidadania.

Mais tarde fez concurso para agente prisional e passou. Era uma pessoa de uma índole maravilhosa, de família, que tinha fé em Deus e de respeito. Assim como o Carlos, seu esposo, diretor do presídio de segurança máxima de São Pedro de Alcântara, um profissional competente, oriundo do Exército, concursado, uma pessoa que consegue manter aquele presídio dentro das normas de segurança, sem fugas, sem rebeliões e sem problemas. Tivemos a fatalidade do assassinato da Deise e todas as informações e indícios levam a uma ação de elementos comandados por presos do sistema prisional, especialmente de São Pedro de Alcântara.

Sabemos da posição firme do governo do estado, da necessidade de esclarecer com rapidez e dar uma resposta à sociedade catarinense, porque não podemos ficar à mercê da criminalidade como hoje está o estado de São Paulo, com os presos comandando os crimes de dentro dos presídios, inclusive ameaçando os presos liberados, que se veem obrigados a praticar crimes contra agentes de segurança. E não adianta o governador de São Paulo dizer que isso não é verdade, porque agora ele já está reconhecendo que no sistema prisional daquela cidade os presos que têm muitos direitos e pouca responsabilidade acabam implementando pena de morte e amedrontando a sociedade brasileira.

Então, é preciso que ações enérgicas sejam tomadas, especialmente contra aqueles que comandam ações de dentro dos presídios, porque aqui fora ocorre uma grande luta, uma guerra que não vai acabar, até porque o policial, o agente de segurança, é um alvo fácil, já que os crimes são determinados de dentro do presídio, e os marginais aqui fora, que têm dívida por compra de droga, executam.

Lembro-me da preocupação que tinha com os informes que vinham neste sentido, e a nossa intenção é de que o estado, que a Justiça dê uma

resposta rápida a essas ações. Temos que ser enérgicos com essas providências.

Nós tivemos, há poucos dias, um policial civil assassinado por quatro menores, mas eles foram identificados e levados para a audiência. Esses menores mataram covardemente o policial. Segundo informações, o policial pediu para não ser morto e eles lhe disseram que, por ser um policial, iria morrer. Esses menores foram presos com algemas, porque são menores de alta periculosidade, e o representante do Ministério Público pediu a abertura de procedimento contra os policiais, porque aqueles marginais estavam sendo conduzidos com algemas ao Fórum da Comarca.

Então, temos que ter rigor no combate à criminalidade, contra os criminosos, sejam maiores ou menores, para não deixarmos os agentes inseguros e a sociedade catarinense desprotegida.

Mas queremos registrar aqui o nosso sentimento por essa triste ocorrência da morte da agente prisional Deise, uma pessoa da melhor índole e de uma família maravilhosa que, infelizmente, foi vítima da criminalidade.

Há outro assunto que quero abordar. Gostaria de homenagear os deputados Sargento Amauri Soares, Dirceu Dresch, Elizeu Mattos, Ismael dos Santos, Darci de Matos, Manoel Mota, Ana Paula Lima, Moacir Sopelsa, nosso presidente, Reno Caramori, Padre Pedro Baldissera, enfim todos os deputados, pois eles, em seus municípios, têm sido procurados pelas autoescolas, pelos CFCs, na busca de uma solução para essa questão.

O objetivo maior de todos os deputados e da sociedade catarinense é a reabertura imediata dos 93 CFCs e das autoescolas que foram fechados numa ação judicial.

A Assembleia Legislativa tem buscado esse encaminhamento. Eu atendi a todos os representantes que me procuraram buscando uma alternativa, deputado Ismael dos Santos, para aqueles que trabalham nessa atividade tão importante para o estado possam efetivamente prosseguir trabalhando em defesa da nossa população.

Qual é a preocupação? Reabrir os centros, porque, hoje, esses 405 CFCs, que me parece que é o total que há no estado, atendem a contento. E queremos buscar uma solução também para que o mercado não venha a receber um número muito grande de novos pedidos de ações judiciais de abertura de novos Centros de Formação de Condutores.

Entendo, pelo acordo havido entre as associações e o Sindimosc, de retirada das ações, imediatamente procurar a Justiça para reabrir é o caminho que nos vai dar uma solução mais rápida, até porque aqui teria a votação da lei, teria o encaminhamento ao Poder Executivo, ao governador para a sanção, a publicação.

Vejo, portanto, que temos, através desse consenso, que buscar, sempre respeitando as posições do Poder Judiciário e do Ministério Público. Se isso não for resolvido, a única saída é a revogação total da lei, para que o credenciamento passe a ser feito pelo Detran sem outras exigências, de acordo com a Resolução n. 358 do contrato.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Gostaria de parabenizá-lo pela forma como tem conduzido toda essa tratativa. E desejo boas-vindas aos empreendedores dessa área que aqui estão.

A responsabilidade desta Casa, deputado Maurício Eskudlark, não é outra. O que precisamos é dar de fato essa segurança a esses empreendedores, a esses investidores. Eles não podem ter rondando a porta dos seus negócios essa insegurança jurídica que temos visto.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. e já convidá-lo para irmos à posse do novo governo para podermos conversar para dar segurança, tranquilidade às autoescolas que hoje estão trabalhando em Santa Catarina.

Então acho que cada momento é um momento. O momento mais difícil já passou. O consenso faz com que as autoescolas que estão trabalhando voltem a trabalhar, a ter tranquilidade. Acho que as que estavam trabalhando devem continuar trabalhando e essa mudança de virar lei será a tranquilidade para que essas autoescolas continuem trabalhando. Santa Catarina precisa deles, pois geram emprego e renda para o nosso estado.

Por isso, parabéns a v.exa. e a todos que estão trabalhando e que precisam continuar trabalhando.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero ressaltar que o deputado Manoel Mota também nos procurou para conversarmos e buscarmos do governador o apoio para a manutenção e permanência de que todas as autoescolas possam exercer suas atividades. E o mais importante neste momento é a rapidez para a reabertura dos 93 centros de formação de condutores do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputados e sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc na tarde desta terça-feira, especialmente trabalhadores, diretores dos centros de formação de condutores, das autoescolas do nosso estado.

Esperamos evidentemente que o acordo desta manhã, ou da noite de ontem, seja cumprido de forma mais rápida possível, para que as 93 autoescolas fechadas voltem a funcionar, de preferência amanhã bem cedo, às 8h da manhã.

Mas não querendo usar esse tempo para esse assunto, até porque tenho outra pauta, gostaria de dizer que tenho certo receio que esta Assembleia Legislativa possa estar, há quase sete anos já, servindo de marionete para interesses não confessados e talvez inconfessáveis. Mas isso teremos que continuar debatendo, porque essa

também é a nossa responsabilidade de parlamentares.

Parabenizo todos pela luta e estaremos sempre à disposição.

Quero passar ao segundo ponto da pauta, que é a greve da saúde pública do estado de Santa Catarina. E solicito à assessoria técnica que proceda à projeção de um vídeo feito pelos servidores do Hospital Regional de São José, pelos servidores em greve, com toda a irreverência comum no movimento dos trabalhadores nessas circunstâncias.

(Procede-se à projeção do vídeo.)

Para ficar clara aí a prioridade um, a dois e a três, o que a gente vê é a continuidade de um processo, inclusive, de enfraquecimento do serviço público de saúde no nosso estado.

Nesse pouco tempo que ainda me resta, gostaria de esclarecer algumas questões, porque no final de semana a imprensa divulgou, porque foi informada desta forma pelo governo, por alguém de dentro do governo, de que a greve tinha sido decretada, declarada ilegal pela Justiça. Não é verdade. A Justiça não declarou, não deliberou, não decidiu pela ilegalidade da greve dos servidores da Saúde do estado de Santa Catarina. Pelo contrário, a liminar diz inclusive que a greve é um direito dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos. Isto está claro na liminar.

O que a Justiça definiu foram critérios para o funcionamento da greve. Aliás, critérios que grande parte dos trabalhadores em greve já estava cumprindo.

O comando de greve em cada local, em cada hospital, estava-se esforçando para cumprir aqueles critérios de atendimento emergencial, de atendimento mínimo necessário para garantir que haja o socorro imediato à vida, quando ela está em risco.

Desde que o sindicato recebeu a decisão liminar, tem feito todo o esforço, no final de semana inteiro e até hoje, justamente para cumprir integralmente a determinação que a Justiça deu, porque esse também é o interesse do sindicato, é o

interesse do comando de greve e dos trabalhadores, dos servidores em greve.

No entanto, na madrugada de hoje e hoje pela manhã, deputada Ana Paula Lima, um veículo desconhecido apedrejou o ônibus do Hemosc, quando ele saía para colher derivados de sangue. Temos a placa, mas essa placa é fria, não bate com o veículo que estava sendo usado.

O sindicato, o comando de greve e os trabalhadores, inclusive estão dando uma entrevista coletiva aqui na sala da imprensa, têm a dizer que não assumem a responsabilidade por esses atos, porque não discutiu, não deliberou, desconhece quem realizou esses atos. Até avaliam que este ato foi produzido justamente para que a Justiça declare a greve ilegal, o que não fez na sexta-feira.

Aliás, o governo tentou duas vezes na semana passada uma liminar dizendo que a greve é ilegal e não conseguiu. Portanto, os trabalhadores e os servidores em greve reafirmam que o ato da madrugada contra o ônibus do Hemosc não foi produzido pelos trabalhadores em greve. Que o estado, que a Justiça, que a Polícia investiguem quem o fez.

O sindicato está pedindo que a Justiça determine aos servidores do Poder Judiciário que visitem cada local de trabalho, hospital, estabelecimento de saúde, para verificar junto com o sindicato se a liminar está sendo ou não cumprida, porque existe interesse, e repito, do sindicato, do comando de greve e dos servidores em greve para que a greve não seja declarada ilegal. Esse é o esforço da categoria.

Deputada Ana Paula Lima, v.exa. tem muito crédito com os servidores da Saúde, inclusive citaram o seu nome em uma conversa comigo, hoje, e sei que v.exa. pode estar à frente, inclusive mais do que eu, porque é da área, é enfermeira e conhece muito bem a situação. Então, que este Poder Legislativo forme uma comissão de deputados para estabelecer com o governo a necessidade de um diálogo que o governo está negando, porque o diálogo, deputada Ana Paula Lima, que o governo

está oferecendo é para aumentar a jornada de trabalho para 42 horas semanais.

Tem lei estadual dizendo que são 30 horas, srs. deputados e sra. deputada Angela Albino. Tem lei estadual e uma luta nacional para que a jornada de trabalho dos servidores da Saúde seja de 30 horas semanais. E aqui no estado de Santa Catarina o governo diz que quer negociar uma proposta de incorporar a hora plantão, mas também passar a jornada de trabalho para 40 horas, que somado, no cálculo que fizeram e na apresentação que um diretor de hospital fez, daria 42 horas semanais. Ou seja, isso não é conceder um direito, isso é retirar um direito.

Portanto, o que pedimos ao governador Raimundo Colombo, aos secretários de governo, é que efetivamente procurem uma solução para o problema, para o impasse. E aos nobres colegas deputados sugerimos que esta Assembleia defina uma comissão de Parlamentares que possa intermediar essa relação, para que não fique esse jogo de empurra-empurra por muito mais tempo, em prejuízo da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer duas referências: em solidariedade às autoescolas, esperando que esse acordo efetivamente frutifique e que se possa, a partir daí, ter o encaminhamento adequado em favor de todas elas. E em segundo lugar, quero me referir ao pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares sobre a greve da Saúde, que irei me inteirar mais, a partir de hoje, pois estava em uma viagem internacional.

A comissão de Saúde desta Casa está à disposição para acompanhar de perto todo o andamento desse movimento mais do que justo,

legítimo, dos trabalhadores da Saúde de Santa Catarina.

Durante esses dois anos aqui, temos acompanhado de perto, em todo o estado, trabalhado junto com o Sindsaúde e sabemos como é mais do que justíssima a greve. Inclusive o governador, em campanha, realmente afirmou que as pessoas estariam em primeiro lugar, que a saúde seria prioridade um, dois e três. Portanto, conjugando esse binômio: pessoas em primeiro lugar e saúde como prioridade, não se admite o tipo de comportamento que o governo do estado está a ter em relação aos servidores e aos trabalhadores da Saúde.

Quero deixar aqui claro todo o nosso apoio da comissão de Saúde no acompanhamento mais do que justo desse movimento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Volnei, presidente da comissão de Saúde. Como enfermeira também vendo a luta os profissionais da área da Saúde há muito tempo esperando uma negociação com este governo, quero fazer coro ao seu pronunciamento. Espero que se possa, na tarde de hoje, já pedir uma audiência para formar uma comissão de negociação.

Penso que não pode faltar o diálogo, a negociação. E juntamente com o deputado Sargento Amauri Soares, podemos somar, pois o Parlamento Catarinense não pode ficar fora desse processo. É isso que está pedindo a categoria, isso que está pedindo o sindicato.

Podemos fazer isso, sim, deputado Volnei, v.exa., como presidente, e nós como parlamentares, começar a abrir esse canal de negociação para que volte à normalidade o atendimento. Mas não desprezando a reivindicação justa dos profissionais da Saúde, principalmente da Enfermagem.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sra. deputada Ana Paula, a comissão de Saúde está à disposição.

Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. deputado, agradeço a v.exa. pelo aparte. Inclusive peço-lhe desculpas por não ter feito referência anteriormente a v.exa., porque vi a deputada Ana Paula na mesa.

Como presidente da comissão de Saúde, que tem feito um excelente trabalho, sabemos da importância da sua participação e concordamos com tudo que v.exa. disse e provavelmente concordaremos com o que irá falar no restante.

Tenha a certeza de que estaremos juntos na tática em que v.exa. considerar mais adequada para buscar esse caminho do diálogo entre os servidores em greve e o governo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. deputado Sargento Amauri Soares, podemos fazer via comissão de Saúde ou, como v.exa. havia proposto, uma comissão independente, mas pode ser pela nossa comissão, agregando os deputados da Casa que queiram participar desse processo. Então, faremos imediatamente ainda nesta sessão de hoje.

Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quero fazer um breve relato aqui de uma viagem que fiz, representando a comissão de Saúde desta Casa, também a convite da Universidade Federal de Santa Catarina e do governo de Moçambique, a Lisboa, Portugal, para participar de um congresso internacional sobre saber tropical em Moçambique, que versava sobre história, memória e ciência dessa cidade, no período de 24 a 28 deste mês.

Eu quero fazer essa referência porque no ano que vem, em setembro de 2013, esse congresso internacional versando sobre etnobotânica, um tema importante desse encontro em Lisboa, será realizado em Florianópolis, capitaneado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A Universidade Federal de Santa Catarina tem um relacionamento muito estreito com Moçambique, desenvolvendo um trabalho em várias áreas naquele

país, inclusive o nosso estado é o maior exportador do Brasil para Moçambique. Santa Catarina tem uma grande relação comercial com Moçambique, na África. É importante, além dessas relações comerciais que desenvolvemos entre os povos, entre as nações, que também tenhamos uma relação humana, uma relação social, com seus respectivos temas, principalmente destacando na pauta a saúde. É nesse contexto que se coloca a questão do congresso de etnicobotânico, realizado em Lisboa.

Nesse ponto de vista do etnicobotânico, especialmente no capítulo das plantas medicinais para o tratamento de doenças tropicais, entre elas poderia citar a tuberculose e várias outras doenças.

Na oportunidade que estive participando desse evento em Lisboa, apresentei o nosso Herbário Barbosa Rodrigues, de Itajaí, que é na verdade um centro de referência mundial botânica, e poucas pessoas sabem disso na minha cidade em Itajaí, no nosso estado e no Brasil, mas em Itajaí o Herbário Barbosa Rodrigues é considerado um dos maiores centros mundiais de referência em Botânica.

O nosso Herbário Barbosa Rodrigues, em Itajaí, tem 95% da flora catarinense catalogada. São mais de 70.000 exsicatas, plantas dissecadas à disposição de estudos. O nosso herbário recebe representantes de todo o mundo, que vêm ao Herbário Barbosa Rodrigues em Itajaí para poder estudar, para poder complementar suas pesquisas e informações nos seus estudos de mestrado, de doutorado. Também o nosso herbário possui duas publicações importantes: Enciclopédia Flora Ilustrada Catarinense, que desde 1965 publica muitos estudos, pesquisas, trabalhos realizados, e a revista *Sellowia*.

A revista *Sellowia*, do Herbário Barbosa Rodrigues, de Itajaí, desde 1949 vem divulgando para todo o mundo, para pesquisadores do Brasil e pesquisadores internacionais, estudos importantes na área da Botânica. São mais de 250 instituições em todo o mundo que recebem as publicações do Herbário Barbosa Rodrigues.

O herbário também possui uma biblioteca com mais de 19.000 exemplares especializados em Botânica. No herbário, além de todas as plantas já estudadas e catalogadas, que são mais de 95% da flora catarinense, deputado Neodi Saretta, existe um arquivo de plantas das três Américas: do Norte, Central e do Sul.

Por isso tudo, no início deste ano, quando recebi em meu gabinete o embaixador de Moçambique no Brasil, para um almoço na Assembleia, e uma delegação do Centro de Pesquisas em Botânica de Moçambique, firmamos esse acordo de participar desse evento em Lisboa e também apoiar a realização desse congresso internacional em Florianópolis, no ano que vem.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação. Cumprimentamos também os representantes das autoescolas que estão fazendo um belo movimento nesta Casa.

Santa Catarina tem aproximadamente 400 autoescolas e centros de formação de condutores. E destas, 93 estão praticamente fechadas.

Seguramente esta Casa já manifestou apoio através da comissão de Justiça, e a grande maioria dos deputados também, justamente para manter o funcionamento de todas elas, até que se equalize a questão de uma lei que em Santa Catarina foi instituída há mais de seis anos e não foi aplicada, certamente por haver alguma injustiça ou ainda pela dificuldade de ser cumprida no sentido de atender à necessidade dos catarinenses, que seja oferecer o número de autoescolas por todas as regiões, garantindo aos que querem aprender a dirigir que possam fazê-lo o mais perto da sua casa possível, por preço justo e com uma formação

a contento. Assim sendo, esta Casa apoia esse movimento e chegaremos a um bom consenso ao final.

Gostaria de saudar os candidatos a prefeito que no último domingo participaram do segundo turno das eleições de 2012. Em nome do Napoleão Bernardes, nosso candidato em Blumenau, quero cumprimentar os demais candidatos que participaram desse pleito. Saúdo o sempre presidente Dalírio Beber, coordenador da campanha em Blumenau, bem como o presidente do partido, Raimundo Mette, em Blumenau, e o chefe de comunicação, Onor Filomeno.

De forma especial quero saudar o Napoleão Bernardes que conseguiu em Blumenau praticamente 130 mil votos, mais de 70% dos votos. Foi o maior índice de aprovação no Brasil. A segunda maior aprovação foi de Luciano Cartaxo, em João Pessoa, no estado da Paraíba, com 68,13% dos votos. Então, além de campeão em Santa Catarina, foi o campeão nacional em termos de diferença e percentual de aprovação.

Queria, aproveitando o extraordinário desempenho de Napoleão Bernardes, comentar também o desempenho do PSDB em nível de Brasil. Primeiramente do ponto de vista dos partidos políticos que evoluíram nas capitais, o partido que mais conseguiu eleger prefeitos nas capitais foi o PSB. Elegeu em Fortaleza, Belo Horizonte, Recife, Cuiabá e Porto Velho.

Nós, do PSDB, elegemos quatro: Maceió, Manaus, Belém e Teresina. O terceiro seria o PT, o quarto, o PDT, o quinto, o PMDB com duas prefeituras, como a do Rio de Janeiro e de Boa Vista. O PP também elegeram duas, Campo Grande e Palmas. Para não deixar de fora, o PT elegeram em Rio Branco, Goiânia, João Pessoa e São Paulo. O DEM, em duas capitais, Salvador e Aracaju. O PPS, uma capital, Vitória. O PSD, Florianópolis, com Cesar Souza Júnior, e cumprimento-o pelo seu desempenho. O PSOL, uma capital, Macapá. O PTC, uma capital, São Luís.

Por outro lado, se avaliarmos o desempenho pelo resultado nas cidades com mais de 200 mil eleitores, o primeiro partido da lista seria o PT, que em 2012 elegeram 16 cidades com mais de 200 mil

habitantes. Em 2008 havia conseguido eleger em 20 cidades. O segundo, do ponto de vista das cidades com mais de 200 mil habitantes, foi o PSDB, com 15 prefeituras. Em 2012 subiu de 13 para 15, cresceu 15%. O terceiro partido que mais elegeu prefeitos nas cidades com mais de 200 mil foi o PSB, que passou de quatro para 11. O terceiro elegeu nove, o PMDB, mas caiu de 17 para nove. O PDT subiu de cinco para seis. O DEM empatou, tinha cinco prefeituras e permaneceu com cinco. O PCdoB tinha duas e passou para quatro. O PSD não tinha nenhuma, até porque o partido não existia, e agora tem quatro prefeituras com mais de 200 mil habitantes. E assim como outros partidos, como o PP com três, o PPS com três, o PR duas, o PRB com duas, o PSOL com uma, o PTC com uma, o PTN com uma, o PV com uma e o PTB com três.

O PSDB, do ponto de vista de cidades com mais de 200 mil habitantes, é também o segundo maior partido do Brasil. Do ponto de vista de número de eleitores, o partido que vem em primeiro é o PT, com 27 milhões de eleitores; o PMDB, com 23,1 milhões; o PSDB, com 16,5 milhões; o PSB, com 15,3 milhões; o PDT, com 9,5 milhões; o PSD, com 8,65 milhões; o PP, com 7,2 milhões; o DEM, com 6,7 milhões; o PR, com 4,18 milhões e o PTB, com quatro milhões.

Do ponto de vista da análise pelo número de eleitores, aparece o PSDB em terceiro lugar, com 16 milhões, estando à frente o PT e o PMDB. Do ponto de vista de cidades com mais de 200 mil eleitores, o PSDB aparece em segundo lugar, com 15 cidades no Brasil com mais de 200 mil habitantes, e também aparece em segundo lugar quando é observado do ponto de vista de número de prefeitos nas capitais, onde nós elegemos em quatro capitais, Maceió, Manaus, Teresina e Belém.

De forma que ao cumprimentar o nosso único prefeito do PSDB de uma cidade que teve segundo turno, Napoleão Bernardes, quero saudar toda a família do PSDB de Santa Catarina e do Brasil e destacar que o nosso partido continua sendo um partido grande em Santa Catarina e no Brasil, apto para disputar as próximas eleições.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Inscrito o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, demais pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital na tarde de hoje, acerca da questão das autoescolas há ainda outra frase, parece que o procurador-geral da República está com pressa de que aquela Ação Direta de Inconstitucionalidade seja resolvida, e estou plenamente de acordo com a pressa do procurador-geral. Quem sabe o Supremo não decide logo fazer desaparecer esse entulho de lei que serve para prejudicar a sociedade catarinense. Essa é a nossa vontade, que possamos fazer isso. Se não fizermos aqui, que já poderíamos e deveríamos ter feito, quem sabe o Supremo faça e aí legisla por nós ou impede que se legisle de forma equivocada, vindo prejudicar a sociedade.

Mas queria falar de um assunto do qual o deputado Maurício Eskudlark já mencionou anteriormente, que foi do assassinato e execução vil e covarde contra a agente prisional Deise Fernanda Melo Pereira Alves, essa jovem senhora que ali está no vídeo. Ela foi executada na noite de sexta-feira, quando chegava à casa de um familiar. Trabalhava há dez anos no sistema prisional, era esposa do sr. Carlos Antônio Alves, diretor da penitenciária de São Pedro de Alcântara.

Não sei qual facção, o seu nome, quem foram os bandidos, os executores; e isso evidentemente interessa para a investigação e para os órgãos de inteligência do estado e das Polícias.

Agora, um fato é real, ela foi executada por criminosos porque é agente de segurança, como, aliás, outro policial civil na Palhoça, há poucas

semanas, como outro agente prisional em São José, há um ano e pouco, como um soldado da Polícia Militar, em Tijucas, há uns dois anos; todos eles foram executados por serem agentes, servidores da Segurança Pública do estado de Santa Catarina. Quem os matou, planejou uma ação, foi lá para matar e assim o fez. Podem dizer que talvez tenha sido uma tentativa de assalto e, ao descobrirem que era policial, mataram. De qualquer forma, foi execução, porque há 20 anos ou menos do que isso, quando algum assaltante abordava alguém com arma na tentativa de roubar, quando descobria que era policial, a tendência era sair correndo ou então levantar as duas mãos e entregar-se para ser preso. Hoje é diferente, se descobre que é policial, mata.

Nesse caso específico da Deise, está estampada a execução planejada. Inclusive, o carro que os bandidos usaram, era igual, da mesma marca e do mesmo ano e cor do carro do irmão da vítima. E só por isso ela não desconfiou daquele veículo parado na frente da casa. Estacionou o seu carro e saiu normalmente. Mas foi por isso ou foi por aquilo. Execução de uma agente penitenciária em virtude de ser uma agente penitenciária ou em virtude de ser esposa do diretor do estabelecimento prisional.

Nós precisamos debater muito, aqui, ainda, desta tribuna, a segurança pública no estado de Santa Catarina.

Policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários estão sendo executados em virtude de terem essa profissão. Há 20 anos não acontecia isso.

Atribuir responsabilidade a algum partido, a algum governo, não se trata disso, mas, sim, dizer que faz mais de 20 anos que os poderes públicos têm enfraquecido os serviços essenciais na Saúde, na Educação, e na Segurança. E a consequência da política de privatização de abandono das principais atribuições do estado é que leva a essa situação de precariedade, essa sensação de que tudo está perdido, porque essa é a sensação da maioria dos policiais civis e militares e dos agentes penitenciários.

Se nos estão caçando na porta da nossa casa, como a sociedade estará protegida? Essa é a grande pergunta que precisa ser respondida. Essa é a responsabilidade de todos os poderes de todos os organismos públicos do estado de Santa Catarina e de todos os estados da federação brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, a minha fala no dia de hoje refere-se a um evento que ocorreu na noite de ontem, em São Bento do Sul, para homenagear, em sessão solene da Câmara de Vereadores, a Associação Empresarial do município de São Bento do Sul, que estará comemorando nos próximos dias 55 anos de existência.

Quero ressaltar nesta Casa que Santa Catarina é um bom exemplo não só para o estado, mas para o Brasil. É o primeiro estado que iniciou o associativismo no Brasil. Buscou lá fora, buscou em outros países europeus principalmente, é um estado que tem uma força muito grande econômica e politicamente, sem fazer referência a partidos, mas sim o poder político das entidades do associativismo. E não é diferente com a Associação Empresarial de São Bento do Sul.

Há 55 anos um grupo de empresários iniciou, ainda de forma tímida, essa entidade. E prova disso é a dedicação, o empenho de empresários que conduzem a associação empresarial, para defender os interesses das empresas. E quando falamos em empresas, não podemos confundir empresas com empresários. Ou seja, uma empresa se compõe de máquinas, de equipamentos e principalmente de pessoas.

Por isso, quero registrar e reconhecer na tribuna desta Casa os relevantes serviços

prestados pela Associação Empresarial de São Bento do Sul, ao longo desses 55 anos. E como disse, além de defender os interesses das empresas, automaticamente também está defendendo os interesses da comunidade, porque está defendendo os interesses das pessoas. Essas entidades que são associadas à Facisc, Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, que têm grandes conquistas, também beneficiam a população de várias formas.

Acompanhei o trabalho comunitário dessas entidades, o trabalho que as associações empresariais e a Associação Empresarial de São Bento do Sul fazem junto com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, defendendo os interesses econômicos, políticos e sociais, participando ativamente dos projetos em benefício da própria comunidade, a exemplo da participação e da reivindicação de mais recursos para a Saúde do município.

São projetos que construíram na cidade junto ao Hospital e Maternidade Sagrada Família, porque houve uma grande parceria através das empresas que são associadas à Associação Empresarial de São Bento do Sul. Não foi diferente, foi feito um grande trabalho pela educação, pelo conhecimento, pela tecnologia, pela inovação, nos pleitos da representatividade política que foram feitos, realizados, solicitados ao governo do estado, ao governo federal. E também não é diferente em outras reivindicações, como por melhorias no nosso sistema viário, de rodovias estaduais, em rodovias federais, também na participação de reivindicações de melhorias no nosso sistema portuário e tantas outras atividades que essa valorosa entidade tem dado a nós todos catarinenses, em especial para São Bento do Sul.

Por isso, quero deixar o nosso reconhecimento, em nome deste deputado, também em nome dos 40 deputados, através da Assembleia Legislativa, por esses 55 anos de trabalho conduzido por inúmeros presidentes e suas respectivas diretorias, que trabalharam e continuam trabalhando em prol da nossa gente, do nosso povo de São Bento do Sul.

Parabéns, Associação Empresarial de São Bento do Sul, pelos 55 anos de realizações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, do vice-prefeito de Otacílio Costa, João Pedro Velho Tibúrcio, da vereadora Elaine Keller, e de Eugênio de Barba.

Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, deputadas Angela Albino e Luciana Carminatti, quero falar aqui sobre um assunto que diz respeito às autoescolas que estão visitando o Parlamento catarinense desde semana passada e que estão com as matrículas fechadas desde o dia 23. Isso, com certeza absoluta, está gerando desemprego e transtornos.

Deputada Angela Albino, eu estava conversando há pouco com a Priscila sobre São José de Cerrito. Esse município, desde o dia 23, está sem autoescola. A autoescola mais próxima está a 50 Km. Mas há muitos outros casos em Santa Catarina, deputado Dóia Guglielmi. São 48 municípios que não têm autoescola neste momento em nosso estado.

Sr. presidente, estivemos reunidos com o secretário César Grubba, este deputado, o deputado Edison Andrino e o deputado Maurício Eskudlark, fizemos uma reunião com as lideranças das bancadas na terça-feira passada, na sala de imprensa, na presença de mais cem proprietários de autoescolas do estado de Santa Catarina.

Os pronunciamentos foram todos no sentido, deputado Dóia Guglielmi, v.exa. que é o relator, de se construir um entendimento em torno do projeto de lei de minha autoria e dos deputados Aldo Schneider e Sargento Amauri Soares, a fim de revogarmos o art. 6º da Lei n. 13.721, que exige a

licitação das autoescolas em Santa Catarina. Com a revogação dessa lei, poderemos imediatamente dar condições às autoescolas de abrirem suas portas em Santa Catarina.

Ora, por analogia, se fecharmos as portas das autoescolas que estão atuando com liminar, também teríamos que fechar as portas das demais autoescolas, porque a rigor nenhuma autoescola em nosso estado passou por um processo de licitação.

Dito isso, quero afirmar que essa lei existe há seis anos. Ela foi aprovada em 2006. E por que se passaram seis anos e a licitação não ocorreu? Não ocorreu porque nós, parlamentares, porque a secretaria, porque o governo, porque as autoescolas com liminares, porque as autoescolas credenciadas que atuam há dez, 15, 20, 30 anos não querem a licitação! Essa é a grande verdade.

O Tribunal de Justiça, numa decisão colegiada, determinou o fechamento dessas autoescolas. Hoje, pela manhã, para a minha surpresa, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, foi fechado um pré-acordo com deputados e com as autoescolas que têm liminares e o Sindemosc, que representa as autoescolas antigas, credenciadas, para que o Sindemosc retirasse o agravo do Tribunal de Justiça, a fim de as autoescolas que têm liminares pudessem voltar a atuar imediatamente.

Entendo que isso não vai acontecer, primeiro, porque o advogado do Sindemosc ainda não foi ao Tribunal de Justiça, deputado Dóia Guglielmi, não cumpriu o que prometeu. Segundo, o desembargador não vai monocraticamente revogar a decisão de uma câmara, de um colegiado. Então, estamos nos enganando.

Quero colocar aqui que há seis meses a secretaria preparou um edital, deputado Angela Albino, inconsistente e cheio irregularidades, tanto que a delegada que o elaborou disse na mesa da imprensa que nunca havia visto um edital tão esquisito, deputado Maurício Eskudlark, e v.exa. é testemunha disso.

Como vamos participar da licitação de um edital chamado de esquisito pela pessoa que o elaborou? E essa licitação é um absurdo, porque

nenhum estado do Brasil licita! Estamos querendo reinventar a roda em Santa Catarina, essa é a grande verdade! Mais do que isso, uma licitação é um passo no escuro! Temos autoescolas que atuam há trinta anos, prestando bons serviços na formação de condutores de Santa Catarina, sr. presidente, e poderão perder suas credenciais para forasteiros do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e de outros estado do Brasil.

Nobre deputado Dóia Guglielmi, v.exa disse que pretende, sabiamente, convidar os líderes de bancada para daqui a pouco fazermos uma reunião para tentar buscar um entendimento. Agora, um entendimento para retirar o agravo, para resolver a situação por 15, 30 ou 60 dias não nos serve! Queremos uma solução definitiva!

Tenho em mãos, e vou enviar uma cópia para cada um dos senhores deputados, um parecer do procurador-geral da República, dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, exarado no dia 24 de outubro de 2012. Todos sabem da existência da Adin n. 4.707, em Brasília, que está sendo analisada e que poderá ser julgada nos próximos dias. Vejam o que o procurador diz:

(Passa a ler.)

"A ação direta foi ajuizada sob o fundamento de que dispositivos da Lei n. 13.721/2006 do Estado de Santa Catarina, que dispõe sob a delegação de serviços públicos de trânsito, incorriam em duplo vício de inconstitucionalidade consistente em: cuidarem de matéria reservada exclusivamente à União e converterem atividade econômica em serviço público;"

Mais adiante ele externa a preocupação com o desemprego, com a turbulência e com os problemas que estão causando o fechamento das quase cem autoescolas de Santa Catarina. Se firmarmos um acordo, deputado Dóia Guglielmi, somente por alguns dias, por algumas semanas, mantendo em vigor a lei, vamos passar vergonha, porque daqui a algumas semanas a Adin poderá ser julgada em Brasília e a lei será considerada inconstitucional, como define o procurador-geral da República.

Não há alternativa a não ser revogarmos a lei para que as autoescolas possam ser regulamentadas pelo Denatran, pelo Contran e credenciadas por dispositivos do Detran de Santa Catarina. O que queremos é que todas possam continuar atuando e prestando um bom serviço para a formação de condutores do nosso estado.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Nobre deputado, todos os parlamentares desta Casa estão preocupados com o Projeto de Lei n. 0319, que está sob a nossa relatoria. E a nossa preocupação começou quinta-feira, quando recebemos o comunicado do presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon. S.Exa., hoje pela manhã, abriu espaço tanto para o sindicato quanto para a associação para que pudessem fazer as suas colocações. A nossa preocupação é que também na quinta-feira recebemos uma emenda, um substitutivo global ao projeto e, analisando, quero dizer que tanto o projeto quanto a emenda são inconstitucionais.

Gostaria de dizer também que nós da comissão de Constituição e Justiça não teríamos alternativa, se tivéssemos que fazer o parecer hoje pela manhã, senão votar pela inconstitucionalidade. E nós não queremos abortar um projeto que há seis anos está nesta Casa e que não conseguimos destrinchar juntamente com a categoria interessada, mas entendo que vamos convidar as lideranças de todas as bancadas para, em conjunto, tomar uma decisão, porque não adianta aprovarmos o projeto nas comissões e ele vir ao Plenário para votação e ser rejeitado.

Entendo que não se trata apenas em suprimir o art. 6º da Lei 13.721 para resolvermos o problema dos condutores, mas, sim, de criarmos uma legislação dando direito e autonomia, pois é do governo a concessão, e não apenas de licitação como se quer também fazer. Acredito que jamais poderemos tirar o serviço e o trabalho das autoescolas do estado, tanto as 405 existentes

quanto as 93 que estão *sub judice* e que ficaram fora do sistema. Trata-se de famílias, de companheiros catarinenses que vêm prestando um relevante trabalho à sociedade catarinense.

Por isso a nossa sugestão é pela convocação de todos os líderes de bancada deste Parlamento para tomarmos uma solução em conjunto. E pedimos, ainda, ao presidente da comissão CCJ que esperasse até amanhã às 18 horas para que haja uma conversa no Tribunal de Justiça e somente depois, tomar uma decisão para acelerar o andamento do projeto.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Gostaria de dizer a todos que estamos correndo contra o relógio e que os representantes das autoescolas encontram-se aqui, hoje, neste plenário, pedindo apenas para conseguir trabalhar.

Deputado Dóia Guglielmi, peço que o sr. marque uma reunião com as lideranças de bancada para que possamos tomar uma decisão ainda hoje ou amanhã e resolver definitivamente esta situação.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Tomei a liberdade, até pelo empenho do deputado Dóia Guglielmi, de buscar uma solução, e como entendo que se trata do futuro de 405 empresas, temos que tentar agilizar esse processo.

Acabei de falar com o Murilo, do Sindemosc, que já pagou o advogado que tinha honorários a receber. E agora, na parte da tarde, ele fará o pedido de desistência e, claro, se não cumprirem isso, entendo a sua manifestação, mas se simplesmente revogarem a lei que vem de outros estados, teremos várias liminares e daqui a pouco teremos 700 credenciais de autoescolas em Santa Catarina.

Então, temos que ter muita responsabilidade e, em primeiro lugar, abrir as 93 autoescolas e depois buscar uma solução para esse impasse, mas não podemos permitir que o mercado fique prostituído com muitas liminares.

Apenas gostaria de enfatizar que o presidente do Sindemosc disse que aquilo que foi acordado está e continuará sendo cumprido.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero parabenizar a atitude do relator, Dóia Guglielmi, e dizer que também parabenizo o Sindemosc que entrou com uma ação e que agora se propõe a retirá-la. Isso é fundamental porque queremos que todas as autoescolas continuem atuando ou teremos que tomar outra providência, que é exatamente a revogação da lei como faz o Brasil inteiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente e srs. deputados, vou dividir o meu tempo com o deputado Manoel Mota e falar por seis minutos.

Quero cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e os proprietários das autoescolas.

Eu disse o seguinte no almoço da bancada do PMDB: Chega de enrolar! Nós temos que acertar! Retira-se esse encaminhamento, mas precisamos definir um encaminhamento que dê segurança a todos e para que amanhã não haja outra liminar.

Então, essa é a minha posição e acho que vai ser a posição da grande maioria dos parlamentares, pois sei da importância que o trabalho de vocês tem.

Deputada Dirce Heiderscheidt, hoje eu vou me propor a falar, nesses quatro minutos que me restam, sobre as eleições. Não tive a oportunidade de falar sobre elas porque após o primeiro turno estive fora por três semanas e não me manifestei aqui.

Em Concórdia, o deputado Neodi Saretta foi o grande vencedor. Fizemos uma boa eleição e ganhou quem teve melhor competência e melhor proposta. O meu candidato perdeu, mas eu, publicamente, quero

desejar que o prefeito João Girardi, da minha cidade, tenha sucesso. Inclusive, quero me colocar à sua disposição.

Mas quero comentar, deputado Manoel Mota, as três eleições do segundo turno.

Na eleição de Blumenau, tivemos dois colegas nossos disputando a prefeitura: a deputada Ana Paula Lima e o deputado Jean Kuhlmann. A população optou pela mudança e espero que o prefeito eleito Napoleão Bernardes também possa cumprir o seu mandato.

Uma das eleições, ainda do primeiro turno, teve um grande vencedor. E aqui não quero diminuir o trabalho de ninguém, mas o nosso colega deputado Elizeu Mattos foi um herói e sobreviveu em Lages. Lá dois amigos disputaram a eleição, porque o deputado Antônio Ceron também é meu amigo, mas o deputado Elizeu Mattos teve persistência, fez um bom trabalho e foi o vencedor.

Houve outro perdedor, mas que para mim foi um vencedor, na disputa da eleição em Florianópolis. Eu tenho que fazer um elogio a Gean Loureiro, porque acho que é importante. Inicialmente, houve uma dúvida se ele seria ou não candidato. Não se sabia se o partido o apoiaria ou não, pois havia outro candidato, mas ele foi, deputado Romildo Titon, construindo a sua candidatura. Chegou, em determinados momentos, a faltar dinheiro para pagar o marqueteiro e o suplente de deputado federal Gean Loureiro bancou a sua eleição e fez uma bonita eleição. Perdeu a eleição para outro colega do Parlamento, o deputado Cesar Souza Júnior, a quem quero cumprimentar e desejar que possa fazer um grande mandato. Mas não posso deixar de reconhecer o grande trabalho e a grande liderança que teve o candidato do meu partido, o suplente de deputado federal Gean Loureiro.

Quero falar do terceiro município, deputado Nilson Gonçalves, e que é a sua cidade. E aqui, mais uma vez, eu falo do meu reconhecimento ao grande líder político, ex-governador e senador Luiz Henrique da Silveira.

Lembro-me, deputado Manoel Mota, há dez anos, quando o senador Luiz Henrique deixou a prefeitura de Joinville para ser candidato a governador do estado de Santa Catarina com 3% na pesquisa. Todos duvidaram da sua vitória, e o nosso senador saiu, naquela época ex-prefeito, com o seu plano de governo e foi para o segundo turno buscar a eleição. Ele se reelegeu governador e ajudou a eleger o nosso atual governador, com as alianças que foram construídas.

Veio a eleição do sucessor, srs. deputados, e aí estivemos com Raimundo Colombo e com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira. E mais uma vez a liderança do nosso ex-governador e senador fez com que tivéssemos um governador, dois senadores, um vice-governador e aqui na Casa, pela nossa aliança, as maiores bancadas.

Veio a eleição a prefeito de Joinville e, mais uma vez, quando todos duvidavam, quando todos tinham certeza de que o candidato do nosso ex-governador, do nosso senador, não seria vitorioso, pois começou a eleição também com 3%, mas com persistência, com trabalho, com a militância, tivemos o reconhecimento do povo de Joinville, deputado Elizeu Mattos, à liderança do nosso ex-governador e senador Luiz Henrique da Silveira.

Por isso, quero deixar esse registro deste que é um grande líder político, um grande articulador. Ninguém é perfeito, e o ex-governador Luiz Henrique, acredito, também não é, como eu também não sou. Mas tem-se que reconhecer a capacidade e a liderança política que esse homem é para Santa Catarina. Não tenho dúvida nenhuma de que ele não é orgulho só do meu partido, o PMDB, mas tenho certeza de que é orgulho de todos os partidos políticos, porque ele sabe construir uma eleição escolhendo aquilo que entende, e a população entendeu, ser o melhor para o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Com a palavra o deputado Manoel Mota para usar os minutos restantes do PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, falaram da eleição do segundo turno, mas ainda temos a eleição do terceiro turno. Temos três eleições ainda para serem realizadas em Santa Catarina; então teremos o terceiro turno.

Eu quero cumprimentar todas as autoescolas que vieram na manhã de hoje ao Parlamento catarinense; houve muitos debates acirrados, e hoje há um novo encaminhamento.

Murilo dos Santos, presidente do Sidemosc, teve a visão de retirar aquela ação. Eles já estão trabalhando junto ao Ministério Público para não encampar a ação e as autoescolas voltarem à sua normalidade, ao seu trabalho. Mas não é preciso só isso, eu e o deputado Maurício Eskudlark, e já somos vários deputados, defendemos a mesma tese. Qual é a tese? A tese de poder garantir os que estão prestando relevante serviço.

O deputado Maurício Eskudlark foi muito feliz quando disse que não se pode abrir para outras liminares, porque senão daqui a pouco acontece como lá no Paraná, todas quebraram, e não queremos isso. Nós queremos a segurança daqueles que estão trabalhando e daqueles que vão voltar a trabalhar nas próximas horas. Eu acho que neste momento é importante para o governo de Santa Catarina, é importante para este Parlamento, é importante para todos nós, porque gera emprego...

Nós que estivemos do lado oposto, hoje temos uma visão um pouco diferente. Todos já estão no campo de trabalho, já ocuparam seus espaços, e agora não tem como prejudicar. Prejudicar hoje é diminuir emprego e renda das pessoas.

Então, evidentemente, estamos trabalhando nessa direção. O governador chega dia 14, e esperamos que possamos, com um grupo de mais de dez parlamentares, ou este Parlamento num todo, sentar com o governo e defender que a licitação seja uma licitação justa, que possa uma autoescola como a Brinhosa, com 45 anos de atuação no mercado, com uma estrutura...

Quer dizer, com licitação, vai valer igual para quem vem, por exemplo, de Manaus. Mas isso aí não é justo.

Qual é o patrimônio dessa empresa para poder participar da licitação? Então, olha que dá para mudar, sim. Não estamos querendo excluir, nós queremos é dar proteção a todos vocês, para que Santa Catarina continue com esse trabalho de qualidade. Não podemos admitir que numa proposta de licitação quem ofereça o melhor preço ganhe. Vai virar bagunça, vão dar carteira sem fazer aula. Com isso vão morrer muitas pessoas nas estradas.

Por isso estamos trabalhando nesta Casa, para que as autoescolas tenham um padrão, para que possam investir em tecnologia, em carros, ter qualidade. É tudo isso o que queremos para vocês. Vamos trabalhar muito para que isso aconteça. Já estamos trabalhando com os advogados, com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, no sentido de voltarmos à normalidade com proteção para aqueles que prestam relevantes serviços à população.

É com esse espírito que venho aqui me solidarizar. O que queremos é que as autoescolas voltem a trabalhar com qualidade, para termos menos acidentes e vivermos uma vida mais tranquila em Santa Catarina.

Parabéns aos deputados que tiveram a grandeza de aqui defender essa qualidade que é bom para todos, que é bom para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, todos que acompanham a nossa sessão através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, o que me traz à tribuna, em nome da bancada do PSDB, é enaltecer o momento

eleitoral da cidade de Blumenau, na pessoa do nosso prefeito eleito Napoleão Bernardes.

Antes da eleição eu fazia aqui um pronunciamento falando no meu sentimento e no das ruas de Blumenau, que claramente estavam se manifestando favoravelmente à candidatura do Napoleão. Candidatura que representa o fortalecimento do PSDB e acima de tudo o momento político que todos temos que ver como lição, um momento novo.

A maioria dos eleitores quer fatos novos, uma política nova, renovação, quer um discurso moderno, avançado. E essas são características do Napoleão. Também fica muito evidente o seu carisma pessoal. Ele tem uma facilidade de comunicação ímpar, uma comunicação não populista, mas uma comunicação popular que se identifica com o eleitor não apenas com o objetivo pela troca do voto, do sorriso pelo voto, mas pelo voto de confiança. Ele começou a sua vida política aos 17 anos de idade, filiando-se ao PSDB, sendo candidato a vereador, mas não se elegendo. Repetiu mais uma candidatura a vereador, quando também não teve sucesso. Apenas na sua terceira eleição foi o vereador mais votado em Blumenau e na última eleição foi o candidato mais votado a deputado federal, em Blumenau. Já mostrando, naquele momento, que se estaria preparando, ou estaria pronto, para ser o candidato a prefeito.

Aqui não vai qualquer demérito ao nosso opositor na eleição, o nosso colega deputado Jean Kuhlmann, também preparado, com boas ideias, dentro de um projeto até de continuidade, e quero dizer que Jean Kuhlmann não foi o derrotado nem a deputada Ana Paula Lima, candidata também no primeiro turno, mas havia um sentimento na cidade, no sentido da busca dessa nova liderança política de Blumenau, que é o Napoleão Bernardes.

Isso foi resultado nas urnas com quase 71% dos votos válidos no segundo turno, deputada Ana Paula Lima, que não foi uma derrotada, tampouco Jean Kuhlmann, mas o eleitor de Blumenau optou por um fato novo, um momento novo na política de Blumenau.

Sei, pela amizade pessoal e também partidária, da grande responsabilidade que vai agora passar para os ombros do nosso vereador, agora prefeito eleito, Napoleão Bernardes, em dirigir a terceira maior cidade do nosso estado. E dentro desse propósito, tenho certeza, estaremos unidos àqueles que têm sempre uma proposta da política verdadeira, ou seja, de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Que a nossa cidade de Blumenau possa, nos próximos quatro anos, continuar crescendo econômica e socialmente, mas especialmente neste lado humano, que é uma das características do prefeito eleito, que se identifica muito bem com os jovens, os idosos, os de meia idade, com as crianças, enfim, com toda a população. E esse é o projeto que queremos colocar, em nome da nossa bancada, em nome do PSDB.

Voltando ao nosso cotidiano, vejo aqui também o movimento das nossas autoescolas, os CFCs, que buscam um diálogo com os deputados estaduais, no sentido da tranquilidade para poder continuar a desempenhar as suas funções, pois por uma ação judicial estão paralisadas.

Hoje, na reunião de bancada do PSDB, o nosso líder em exercício, deputado Dóia, que também é o relator dessa matéria, em nome da comissão de Constituição e Justiça, junto com o deputado Marcos Vieira, Gilmar Knaesel, Serafim Venzon, Nilson Gonçalves, enfim, toda a bancada do PSDB, manifestou preocupação também com essa paralisação dos trabalhos das nossas autoescolas. E queremos contribuir para que elas possam voltar à normalidade, ao trabalho. Mas para isso é preciso, claro, o apoio da Assembleia Legislativa.

A nossa sugestão para o nosso relator deputado Dóia Guglielmi é para que haja ainda, dentro do possível, deputado Reno Caramori, hoje, aqui na Casa, uma reunião entre os líderes da Casa, com o presidente, para que possam encontrar um denominador, porque essa angústia não pode permanecer, não pode continuar.

Essas pessoas estão aí literalmente acampadas na Assembleia Legislativa, esperando um passo

adiante por parte deste Poder. E temos que ter todo o cuidado para não entrarmos na ilegalidade, na inconstitucionalidade, ao mesmo tempo em que buscamos um tratamento justo para aqueles que acreditaram, investiram e estão trabalhando de forma muito correta em nosso estado.

Dentro disso, queremos-nos solidarizar, colocarmo-nos à disposição, e o deputado líder em exercício, Dóia Guglielmi, está autorizado por nós, deputado Serafim Venzon, deputado Nilson Gonçalves, para ainda hoje dar sequência às tratativas para um consenso, para que possamos encontrar uma solução até o dia de amanhã.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, todos que nos acompanham nesta tarde, em especial os nossos trabalhadores das autoescolas que querem continuar prestando os seus serviços à sociedade catarinense.

Já falei, na reunião da semana passada, que queremos ver todos trabalhando e prestando um bom serviço. O Partido dos Trabalhadores está junto nessa caminhada, apoiando a revogação das licitações da forma como está. E queremos construir um processo justo de credenciamento de todos que querem prestar um bom serviço. Por isso, somamo-nos nessa luta, os deputados que estão aqui também, às entidades presentes.

Sr. presidente Reno Caramori que neste momento preside a sessão, quero falar um pouco sobre as eleições, nesta primeira sessão após o segundo turno, deputada Ana Paula Lima.

Ficamos muito animados com tudo que aconteceu no país, especialmente com a eleição de São Paulo, que é sempre uma grande marca, onde uma figura nova assume uma candidatura começando com 3%, 4% e terminado o segundo turno com uma grande eleição.

Queremos dizer que o nosso partido cresceu muito bem; nessas eleições, foi um dos poucos que conseguiu isso. Em número de prefeituras subimos para 335 municípios, com um crescimento de 13%, em torno de 20% da população brasileira, 37.14 milhões de pessoas. O segundo lugar ficou com o PMDB, com 36 milhões, sendo 16% da população governada pelas prefeituras conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores.

Saimos então mais fortalecidos dessa eleição, deputado Manoel Mota. E com certeza isso consolidou o projeto do Partido dos Trabalhadores. Um sentimento de renovação não somente do PT, a exemplo de São Paulo, onde mais uma vez o nosso grande líder político, o ex-presidente Lula, acertou trazendo essa liderança nova, o ministro da Educação, que tanto fez, que conduziu com tanto brilhantismo o ministério, trazendo mais universidades, escolas técnicas, o ProUni e tantos processos que foram construídos na educação pública brasileira, fortalecendo o projeto do ensino superior e da formação profissional de nosso país.

Então, é um momento importante, em que o PT conquista, nessa grande cidade de São Paulo, e ganha a eleição com uma liderança expressiva nacional, que foi candidato à Presidência da República por diversas vezes. É agora, com certeza, um grande desafio para o PT a nova liderança de Fernando Haddad, que assume, no ano que vem, a principal cidade do país, um dos grandes centros de mídia e da economia.

E aqui, diga-se de passagem, houve uma tentativa do próprio Supremo Tribunal Federal, em plena campanha, eu já denunciei isso desta tribuna, tentando um massacre político no Partido dos Trabalhadores, num processo eleitoral de primeiro e segundo turno.

Mas graças ao discernimento, graças ao conhecimento do povo brasileiro, eis que estava, sim, em jogo uma questão política de fundo, do que vinha fazendo o Poder Judiciário do nosso país em plena época de eleição, deu uma resposta e deu ao Partido dos Trabalhadores uma grande vitória no

primeiro e no segundo turnos aos candidatos, seja a vereador, seja a prefeito, inclusive na principal cidade do nosso país.

Então, quero aqui ressaltar isso e cumprimentar todos que lutaram mais uma vez nessa campanha, nesse período eleitoral do nosso partido e aliados.

Em segundo lugar, sr. presidente, nos últimos dias a imprensa catarinense, a secretaria de estado da Fazenda e a secretaria de estado da Administração trouxeram um número para a nossa população - e quem acompanha pela imprensa acredita que de fato caiu a arrecadação em Santa Catarina. Então, quero apresentar um gráfico, através do qual quero mostrar que não é verdade, pois está havendo desinformação aos eleitores catarinenses através, principalmente, da nossa imprensa.

Na verdade, a arrecadação do estado vem crescendo segundo dados da própria secretaria da Fazenda, cerca de R\$ 1 bilhão ao ano.

Tivemos em 2011 R\$ 6,5 bilhões de arrecadação de impostos e em 2012, R\$ 7,1 bilhões. O gráfico está em tela durante todos os meses de 2011, nove meses de 2012, no mesmo período de 2011 e 2012.

Então, houve um acréscimo, um complemento de arrecadação de R\$ 553 milhões. Enquanto o secretário da Fazenda noticia que houve quase R\$ 1 bilhão de redução na arrecadação.

Houve, sim, uma estimativa equivocada na arrecadação do estado em cerca de R\$ 1 bilhão. Aí, sim, a equipe da secretaria da Fazenda se equivocou nos dados, na previsão de arrecadação, e não previu a crise econômica internacional que também dá impacto em nosso estado. Mas não é verdade que caiu a arrecadação, não é verdade. E aí, claro, iludiram os prefeitos, fez-se convênios que não tinham recursos garantidos para cumprir esses convênios e criaram toda uma situação preocupante nos municípios como agora o corte ou o adiamento desses convênios.

Então, queremos deixar claro para a população catarinense e a todos que nos acompanham que a arrecadação vem aumentando. Por exemplo, no

triênio 2009/2011, a arrecadação aumentou em média 30% ao ano. Isso é uma arrecadação positiva importante.

Agora a grande pergunta: Para onde está indo o nosso dinheiro? Para onde está indo a arrecadação de Santa Catarina? Os impostos que a população paga? A dúvida fica, os prefeitos me pedem, a população me pede. Qual é a grande obra? Qual é o grande investimento do governo do estado em relação a esse aumento de arrecadação muito acima da inflação, inclusive, como a arrecadação média de aumento de 8%, 9% ao ano?

Então, de fato, fica a grande pergunta: o que está acontecendo com o dinheiro público, com a arrecadação do estado de Santa Catarina?

A nossa assessoria trouxe muito bem esses dados que a própria secretaria coloca, os seus números, nos seus informativos e no próprio *site*.

Então, é isso que queria deixar registrado para toda a população catarinense, para que não fique essa impressão de que caiu a arrecadação; pelo contrário, está aumentando bem a arrecadação de impostos da sociedade catarinense e do governo do estado.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Quero registrar a presença no plenário dos vereadores eleitos Dorval Preti e Levi Rioschi do PPS de Joinville, que irão passar a integrar a nossa bancada naquele município. Estavam acompanhados com os vereadores Cláudio Aragão e Maycon Cesar tentando resolver o problema da extensão da Escola Gertrudes Benta Costa.

Fica o registro de boas-vindas aos vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher

apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0005/2012, 0227/2012, 0533/2012, 0546/2012, 0547/2012, 0582/2012, 0611/2012 e 0622/2012.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0265/2012, 0268/2012, 0269/2012, 0270/2012, 0291/2012, 0295/2012, 0303/2012, 0306/2012, 0307/2012, 0309/2012, 0333/2012, 0340/2012, 0342/2012, 0343/2012, 0344/2012, 0349/2012, 0365/2012, 0366/2012, 0370/2012, 0382/2012, 0385/2012, 0387/2012, 0388/2012, 0389/2012, 0404/2012, 0411/2012, 0412/2012, 0413/2012, 0418/2012, 0419/2012, 0500/2012, 0502/2012, 0518/2012, 0522/2012, todos de entidades sociais encaminhando documentação para manutenção de título.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0121/2012, 0213/2012, 0240/2012, 0249/2012, 0265/2012, 0282/2012, 0284/2012, 0299/2012 e 0321/2012.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Esta Presidência também comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0413/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0414/2012 e 0415/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0416/2012 e 0417/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0418/2012 e 0419/2012 e 0420/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0421/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero reforçar a indicação de minha autoria.

Nós trazemos uma polêmica: que se estenda aos trabalhadores do Ceja, dos Cedups, dos colégios

agrícolas, das unidades escolares de Santa Catarina também a gratificação de produtividade que já foi incorporada para os analistas lotados no prédio da secretaria de estado da Educação.

Houve mobilização na semana passada. Estão em estado de greve. Em torno de 500 funcionários estão reivindicando esse mesmo direito dado a esses funcionários lotados no prédio central da secretaria da Educação. Estou fazendo esse apelo mais uma vez para a inclusão desses trabalhadores também no direito que outros conquistaram em 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0948/2012, 0949/2012 e 0950/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0951/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0952/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0953/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; e 0954/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário a Moção n. 0054/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Saúde, manifestando apoio à luta dos trabalhadores da rede pública estadual de saúde e apela pela abertura imediata das negociações, envidando esforços para ser atendida a pauta de reivindicações.

Em discussão.

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero fazer uma observação. A deputada Ana Paula gostaria de subscrever a moção de apoio aos servidores da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será subscreta pela deputada Ana Paula Lima.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Também gostaria de solicitar à deputada para subscrever essa matéria. Temos um grande interesse de que esse impasse seja resolvido o mais rápido possível. Inclusive, estamos discutindo junto ao presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, para construir uma articulação, nesta Casa, para ajudar a intermediar as negociações com o governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0055/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviada à reitora da UFSC, manifestando apoio ao Comitê Pró-federalização da Furb, objetivando educação de qualidade e gratuita para a população do vale do Itajaí e apelando pelo atendimento da pauta de reivindicações da categoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Temos uma solicitação de suspensão da sessão, encaminhada pelo deputado Edison Andrino, subscrita pelos líderes das bancadas, por dez minutos, para que o sr. Giovani Genázio Monteiro, presidente do Sindicato dos Armadores das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região, possa fazer uso da tribuna.

Está suspensa a presente sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Eu quero, neste momento, ter a oportunidade de convocar todos os líderes de bancada para que possamos discutir o Projeto de Lei n. 319, que se refere às autoescolas.

Portanto, gostaria de convocar para as 16h30, na sala da Presidência, para que possamos desenvolver um caminho e sermos unânimes com os demais companheiros pares deputados.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. quero enaltecer a atitude do relator do projeto das autoescolas, deputado Dóia, porque estamos aqui na Assembleia, há alguns dias, com mais de 100 autoescolas fechadas. E com certeza não há outro caminho a não ser o debate, a discussão e a ponderação, para que possamos buscar alternativas definitivas para que as autoescolas possam continuar prestando um bom trabalho na formação dos condutores em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito bem. Estão convocados os srs. líderes de bancada desta Casa para, às 16h30, na sala da Presidência, uma reunião que vai tratar do assunto relacionado às autoescolas de Santa Catarina.

Nós vislumbramos uma angústia muito grande por parte de todas as pessoas que já estão aqui um bom

tempo tentando uma solução para esse impasse. Desejamos do fundo do coração que isso possa se resolver e possam voltar a exercer as suas atividades de maneira tranquila.

Dando sequência à sessão ordinária, dentro de Explicação Pessoal, a palavra está resguardada para o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos, deputado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, registro que neste dia 30 de outubro comemoramos o Dia dos Comerciários. E é sobre isso que quero falar. Mas antes também manifesto o meu desejo de que Santa Catarina possa achar uma solução para resolver o impasse que vivem as autoescolas de Santa Catarina. Esperamos que seja dado encaminhamento e que essa reunião dos líderes a partir das 16h30 possa encontrar uma saída definitiva. Esse é o nosso desejo também.

Sr. presidente, srs. deputados, hoje se comemora o Dia do Comerciário, a data é alusiva ao dia 29 de outubro de 1932, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto n. 4.042, que regulamentou a jornada de trabalho de 12 horas para oito horas diárias, naquela ocasião.

(Passa a ler.)

"Eu tenho em mãos um panfleto, um folheto, um cartão, distribuído pela Fecesc, Federação dos Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina, em homenagem ao Dia do Comerciário, e no verso desse cartão fala exatamente sobre a movimentação, a vida nas primeiras décadas de 1900, quando os comerciários eram obrigados a cumprir jornadas de trabalho superior a 12 horas, trabalhar aos domingos e feriados sem direito à folga e conviver com ameaça de demissão, caso reclamassem. Eles reagiram e, conforme diz o panfleto, no dia 29 de outubro de 1932 organizaram uma grande manifestação no Rio de Janeiro, então capital federal. Um grupo se reuniu no Largo da Carioca e dali partiu em passeata para o Palácio do Catete, sede do governo.

O volume de gente foi aumentando pelo caminho, com a adesão de comerciários vindos de todo o país e também de trabalhadores de outras categorias.

Getúlio Vargas, então presidente, recebeu esses trabalhadores na sacada do palácio e naquele dia assinou o Decreto n. 4.042.

Esse fato marcou os comerciários como percussores na luta dos trabalhadores na conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias e repouso aos domingos e feriados.

Refiro-me e fiz questão de trazer esse dado histórico também para trazer presente, porque os frutos da luta dos comerciários foram estendidos a todos os trabalhadores brasileiros, que passaram a ter suas jornadas de trabalho regulamentada nos mesmos moldes. Mesmo assim é histórica a dívida que o Brasil tem com a categoria dos comerciários.

Segundo o Dieese, os comerciários representam 18,6% do total da força de trabalho no país. Eles exercem um papel fundamental no processo de desenvolvimento nacional. Porém, o país precisa se modernizar e avançar, criando dispositivos que contemplem, efetivamente, a valorização, o reconhecimento e um tratamento mais digno, respeitoso e humano a essa distinta categoria profissional.

A profissão dos trabalhadores do comércio, uma das mais antigas do mundo, responsável pela construção diária de muitas riquezas e distribuição de renda, que movimentam o conjunto da economia, sequer está regulamentada no Brasil. Já está tramitando um projeto de lei nesse sentido, que já andou por diversas comissões no Congresso Nacional e encontra-se agora, conforme informações que apuramos, na comissão de Constituição e Justiça do senado. Será a última parada antes de ir à sanção presidencial. Com essa regulamentação o reconhecimento da profissão e abertura de novos espaços para a criação inclusive de cursos superiores voltados à formação de tecnólogos em comércio, o país não pode mais adiar o estabelecimento de parâmetros adequados e seguros para o exercício da atividade profissional dos comerciários, sem o sacrifício pessoal e o

desgaste físico, psicológico e emocional por que passam diariamente esses trabalhadores, como comprovam os levantamentos do INSS.

O trabalho dos comerciários e comerciárias de todo o Brasil precisa ser mais humanizado e respeitado.

As entidades sindicais têm erguido com firmeza essas bandeiras da categoria, que é a maior do Brasil e uma das poucas que ainda não conta com regulamentação.

No estado de Santa Catarina, a Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina - Fecesc - desenvolve com empenho a representação da categoria. Não posso deixar de enaltecer também o valoroso trabalho dos sindicatos dos empregados no comércio. Suas lutas, mais que justas, já garantiram muitos direitos aos trabalhadores. É um trabalho contínuo para valorizar ainda mais essa categoria, que teve uma participação muito forte em Santa Catarina, numa conquista ao chamado Piso Estadual de Salários, que por muito tempo tramitou e se arrastou.

Em Santa Catarina estabelecemos, depois de muita luta, o piso estadual de salários. Uma conquista dos trabalhadores que se arrastava desde 2007 que foi constantemente debatida tanto pelos empresários quanto pelos trabalhadores.

Parabéns, comerciários, pelo seu dia; parabéns a todos pelo seu espírito de luta, determinação, os quais vêm lutando e trabalhando pela melhoria dos comerciários catarinenses.

Parabéns às suas entidades representativas em nome da Fecesc e de todos os sindicatos e comerciários de Santa Catarina."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero também me somar à fala do deputado Neodi Saretta com relação a essa categoria tão importante para o nosso estado, com relação à questão social, à questão da economia, que são os comerciários que ontem comemoraram o seu dia, que são em um número maior de 300 mil trabalhadores.

Quero cumprimentar também a Fecesc pelo trabalho que vem realizando no estado de Santa Catarina de organizar os trabalhadores para uma vida melhor. Exemplo disso foi a nossa luta aqui, junto com a Fecesc, pelo piso mínimo, e com as demais centrais sindicais, como a CUT e outras.

Muito obrigado, sr. presidente, e parabéns, mais uma vez, aos comerciários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os deputados, a sra. deputada que ainda ficará conosco por mais um mês. É uma satisfação também poder cumprimentar aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e, em especial, os nossos amigos que nos visitaram, ligados aos centros de formação de condutores. Vejo que estão aqui vários amigos da capital e de outras cidades, os quais estiveram em nosso gabinete hoje pela manhã. E cumprimento os nossos amigos de Itapiranga, os nossos investidores e empreendedores dos centros de formação de condutores.

Discutimos hoje, de forma bastante exaustiva, na bancada do nosso partido, essa temática, em especial com o deputado Darci de Matos, com o deputado Maurício Eskudlark e também com o deputado Dóia Guglielmi, do PSDB. Entendemos que o encaminhamento foi propositivo e vai resultar de fato naquilo que os nossos empreendedores querem, que é a segurança jurídica, para poderem tocar os seus negócios. Eu vejo aqui algumas faixas - são mais de 900 famílias e 93 autoescolas que serão prejudicadas.

Queremos ficar à disposição para monitorar todos os encaminhamentos que serão dados nas

próximas horas, desejando que de fato Santa Catarina volte a ser modelo também nessa área de formação de condutores.

Segundo dados desta semana, sr. presidente, quatro milhões de veículos foram licenciados em 2012. Daí a responsabilidade dos nossos centros de formação de condutores em terra catarinense.

Preciso também, sr. presidente, assim como v.exa. que participou do segundo turno na sua cidade e eu em Blumenau, fazer um rápido comentário. Claro, lamentando a inesperada derrota do nosso companheiro deputado Kennedy Nunes, em Joinville, pois contávamos com essa vitória, mas isso faz parte da caminhada na vida política.

Quero parabenizar o colega deputado Cesar Souza Júnior por essa vitória heróica na capital, desejando sucesso na sua nova trajetória e refletir um pouquinho sobre as eleições em Blumenau. Naturalmente que sabíamos das dificuldades, e falo aqui como deputado do PSD.

O deputado Jean Kuhlmann tinha boas perspectivas de conquistar a prefeitura de Blumenau no primeiro turno, com o inesperado cenário que acompanhamos para o segundo turno, com a disputa entre o deputado Jean Kuhlmann e o vereador Napoleão Bernardes. E sabíamos de todas as dificuldades. Uma conta, uma matemática muito simples: o deputado Jean tinha 30%, a deputada Ana Paula 30%, o vereador Napoleão havia chegado perto dos 40%, portanto, 30 mais 40, matemática simples, dá 70% e foi esse o resultado do último domingo em Blumenau.

Já conversei com o prefeito eleito Napoleão Bernardes, também com o vice-prefeito Jovino Cardoso, desejando sucesso na caminhada, colocando meu gabinete à disposição. Conversei também demoradamente com o deputado Jean Kuhlmann, que retorna a esta Casa para cumprir o seu mandato de deputado estadual, respeitando, naturalmente, a decisão da maioria absoluta do povo blumenauense, que optou se não pela mudança radical, representada pela deputada Ana Paula Lima, mas, pelo menos, por uma renovação traduzida na pessoa,

na caminhada e na biografia do vereador Napoleão Bernardes, a quem desejamos muito sucesso.

Sr. presidente, permita-me ainda, no tempo que tenho disponível, fazer um rápido comentário sobre a matéria de capa da revista *Veja* desta semana, "Maconha - As novas descobertas da medicina cortam a barata de quem acha que ela não faz mal". E aqui, como presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, preciso fazer rápidas intervenções sobre essa matéria bastante ampla da *Veja* desta semana.

Sabemos que hoje pelo menos um milhão de brasileiros acabam fumando maconha. São mais de 220 milhões de usuários em todo mundo, e é a droga ilícita universalmente mais popular. A revista *Veja* trás algumas considerações sobre as questões médicas que implicam o uso da maconha. Sei que dos discursos que temos feito nesta Casa, e na nossa caminhada na Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, às vezes, temos sido chamados de retrógrados, quadrados, ultrapassados, mas vamos, sim, continuar hasteando essa bandeira pela experiência que temos no tratamento de dependentes químicos.

Tenho em Blumenau uma casa há 20 anos, chamada Centro Terapêutico Vida, por onde já passaram mais de mil jovens. E se você chegar lá hoje, estamos com 30 internos, e perguntar para qualquer um deles como começou sua trajetória no submundo das drogas, de cada dez, seis vão responder que começou com a maconha. E a revista *Veja* trás um estudo recente e bastante impactante sobre os males da maconha, feito por instituições nos Estados Unidos e na Nova Zelândia, que diz que pesquisadores acompanharam 100 voluntários, durante 25 anos, e eles começaram a ser estudados aos 13 anos de idade. E aí há alguns resultados bastante complexos.

Os fumantes tiveram uma queda significativa no desempenho intelectual. Na média os consumidores crônicos de maconha ficavam oito pontos abaixo dos não fumantes nos testes de QI. Os usuários de maconha saíram-se mal também nos testes de memória, concentração e raciocínio rápido. O

psiquiatra Laranjeira, uma das autoridades no Brasil diz o seguinte: "se o usuário crônico acha que está bem, a ciência mostra que ele poderia estar muito melhor sem a droga. A maconha priva as pessoas de atingir todo o potencial de sua capacidade."

E em seguida temos dados interessantes do ponto de vista médico. Mas ainda cito aqui a declaração do sr. Valente Gentil Filho, que é um dos mais renomados psiquiatras do Brasil, com doutorado em psicofarmacologia pela clínica da Universidade de Londres, que conclui as suas considerações dizendo o seguinte sobre a maconha: "Trata-se da única droga a interferir nas funções cerebrais de forma a causar psicoses irreversíveis. Se fosse para escolher uma única droga a ser banida, seria a maconha."

Atualmente, pega mal ser contrário à liberação da maconha, mas não importa, prefiro que continuem me chamando de retrógrado nesta área, de quadrado, de ultrapassado, mas luto pela vida que, certamente, não está do lado das drogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra a última oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, deputado Nilson Gonçalves, também o deputado Ismael dos Santos e demais pessoas que acompanham esta sessão.

Gostaria de, antes de qualquer coisa, fazer o registro do Dia do Comerciário que, como já foi mencionado pelos deputados Neodi Saretta e Dirceu Dresch, trata-se de uma categoria fundamental para o crescimento dos municípios e do estado.

Quero fazer uma referência com relação ao debate que tem ocorrido desde o ano passado nesta Casa em relação aos Centros de Formação de Condutores e fazer uma abordagem um pouco diferente do que temos ouvido nesta tribuna, que é a preocupação com a adequação à legislação e ao fato de não haver necessidade de licitação.

Creio que precisamos de fato, do ponto de vista jurídico, rever essa posição, porque hoje temos 100 municípios, praticamente, que estão tendo que reduzir o número de centros de condutores. Mas quero abordar esse assunto fazendo um paralelo com as escolas particulares. E pergunto aos senhores: como funciona o credenciamento e a abertura de uma escola particular hoje? É feito um credenciamento junto ao ministério da Educação, que no caso das autoescolas seria junto ao Detran, órgão fiscalizador estadual, conforme a regulamentação da legislação nacional, do Contran.

Então, quando se abre uma escola particular não é preciso participar de uma licitação, mas, sim, preencher os requisitos mínimos necessários conforme determina o órgão responsável e participar desse processo de credenciamento. O que vai fazer com que ela continue aberta é a qualidade na prestação dos serviços e a adequação à legislação conforme os critérios técnicos.

Dessa forma, do ponto de vista regulamentar, regimental e jurídico, creio que esse paralelo é possível ser feito. Se esse procedimento vale para as escolas particulares, por que não é possível aplicar às autoescolas, na medida em que a própria legislação permite essa delegação de poderes ao estado através de um órgão fiscalizador? Para que colocar na berlinda tantas empresas, muitas delas familiares, que já prestam bons serviços e que se estruturaram nos seus municípios para oferecer esse atendimento?

Estamos passando a ideia de que quem mora nos pequenos municípios tem que ser prejudicado porque não há condições de oferecer qualidade na prestação de serviços. Isso não é correto. Todo o debate que está sendo feito hoje nos estados e no país é para que os pequenos e os médios municípios sejam valorizados, até porque lá também há qualidade. Aliás, às vezes em muitos indicadores mais qualidade do que os municípios de grande porte. Basta ver que inúmeras escolas deste estado são premiadas pela qualidade no Índice de

Desenvolvimento da Educação, e são municípios pequenos.

Então, há um preconceito também instalado quando se faz com que, por exemplo, citando aqui uma situação da região oeste, o cidadão que mora em Águas de Chapecó tenha que ser penalizado. Ele terá que ir até Palmitos para poder ter aula de direção.

Assim, o que faz com que o cidadão de Joinville tenha mais valor do que um cidadão de Águas de Chapecó? Qual é o critério que estamos utilizando?

Então, acho que é aí que entra o papel do estado. Se há problema, tem que fiscalizar e exercer a sua função, mas não impedir os nossos pequenos e médios empresários, enfim, quem tem uma empresa nesse ramo, de poderem atuar com toda dignidade.

Pensamos que o Parlamento tem que fazer esse debate e encarar, não tem jeito. Sempre dizemos que, na política, quando queremos agradar a todos, nós nos quebramos. E não é desse jeito que se faz. Temos que assumir uma posição e dizer de que lado estamos. Eu tenho uma posição e quero dizer que essa lei é descabida porque está prejudicando os habitantes dos municípios, sobretudo os de pequeno porte que estão nas nossas regiões.

Então, feito esse registro, queremos também fazer um segundo registro sobre a audiência pública que realizamos no dia de ontem nesta Casa, a partir da condução da Frente Parlamentar em Defesa do Suas, juntamente com a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que presidimos. Na ocasião, nós debatemos, numa audiência muito representativa - e a Casa estava cheia, pois contamos com a presença do representante do fórum, do conselho, da secretaria da Assistência, do Tribunal de Justiça e de lideranças de todas as entidades ligadas à área social -, o orçamento que está nesta Casa para a Assistência Social em Santa Catarina.

Ficamos muito perplexos quando identificamos que nos últimos dez anos, deputado Ismael dos

Santos, temos percebido que o orçamento da Assistência não ultrapassa 1% do Orçamento estadual. Isso é muito grave. Na palavra do próprio juiz corregedor, Santa Catarina tem, hoje, o segundo pior orçamento da Assistência Social do país, perde somente para o Piauí.

Portanto, o debate que precisamos fazer em nosso estado é no sentido de encarar que existem pobres em Santa Catarina, famílias miseráveis, idosos que precisam da proteção social, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. E nós precisamos de programas de geração de trabalho e renda e de inclusão e proteção social.

Somente com esse orçamento que foi apresentado é praticamente inviável pensar em políticas públicas para a assistência em todas as regiões.

Dessa forma, identificamos que a necessidade, hoje, do orçamento da Assistência em Santa Catarina é da ordem de R\$ 172 milhões. A proposta enviada a esta Casa é de R\$ 26 milhões. Portanto, há uma diferença enorme, oceânica, eu diria, de R\$ 172 milhões para R\$ 26 milhões para a Assistência. E os recursos existem. Nós temos no Fundo Social mais de R\$ 300 milhões, quase chegando a R\$ 400 milhões.

Portanto, o debate é o seguinte: quem delibera sobre esses recursos? Para onde vão? Qual é a sua finalidade? Se existem R\$ 361 milhões que têm livre destinação, acredito que desse total parte desse valor poderia tranquilamente ir para a Assistência Social.

Dessa forma, nós definimos que dois encaminhamentos são necessários diante desse cenário. O primeiro é com relação à Lei Orçamentária que está em trâmite aqui e que vai valer para o ano de 2013. Há necessidade de discutir com o governo do estado. Então, nós já fizemos contato com o líder do governo pedindo que, através do deputado Edison Andrino, o governo atenda a representação, do ponto de vista institucional, o conselho estadual, o fórum que agrega todas as instituições e também o Poder Judiciário, para que possamos fazer um debate com

o sr. governador no sentido de melhorar esse orçamento da assistência social.

Para o ano de 2013, propomos também um calendário permanente e contínuo da Frente Parlamentar em Defesa do Suas para que possamos discutir toda política de assistência social a ser implementada no ano que vem.

Então, foi um debate muito positivo e produtivo, mas ele precisa se traduzir em resultados. E o resultado concreto é, efetivamente, aumentar o orçamento da Assistência Social em Santa Catarina.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência gostaria de agradecer a colaboração dos servidores da Casa, especialmente daqueles que trabalharam conosco na Mesa Diretora, dos policiais militares e civis, dos colaboradores da TVAL e dos demais servidores que colaboraram para que levássemos a bom termo esta sessão.

Antes de encerrarmos a presente sessão, comunicamos que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 107ª Sessão Ordinária, de 31/10/2012:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0026/2011; 0445/2012; 0493/2012; 0537/2012; 0564/2012; 0565/2012; 0573/2012; 0581/2012; 0584/2012; 0599/2012; 0618/2012; 0619/2012; 0620/2012; 0621/2012; 0624/2012; 0658/2012; 0659/2012; 0680/2012; 0681/2012; 0683/2012 e 0685/2012; e

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s 0184/2012 e 0230/2012.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.